

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MARIA EDUARDA DE ALVARENGA

IMPrensa EDUCATIVA: VERIFICAÇÕES ACERCA DA EMANCIPAÇÃO
FEMININA NO JORNAL ANARQUISTA “A PLEBE”

MARINGÁ

2022

MARIA EDUARDA DE ALVARENGA

IMPrensa EDUCATIVA: VERIFICAÇÕES ACERCA DA EMANCIPAÇÃO
FEMININA NO JORNAL ANARQUISTA “A PLEBE”

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como parte das exigências para conclusão do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Prof. Dr. Marco Antonio de Oliveira Gomes

MARINGÁ

2022

IMPrensa EDUCATIVA: VERIFICAÇÕES ACERCA DA EMANCIPAÇÃO FEMININA NO JORNAL ANARQUISTA “A PLEBE”

RESUMO: O presente trabalho possui como objetivo investigar qual a proposta de emancipação feminina na perspectiva do movimento anarquista. Trata-se de um estudo qualitativo e de cunho bibliográfico, que se realizará pela análise do jornal “A Plebe”, nos anos de 1919. Sabe-se que as classes operárias surgiram nos centros urbanos a partir da chegada dos imigrantes no Brasil, nesse período o cenário era demarcado pela crise nas importações e exportações da produção agrária. Diante disso, as condições de trabalho se tornaram precárias e o anarquismo se fez a corrente principal no interior das fábricas. Assim, como resultados, vislumbramos que o trabalho com a imprensa pleno de caráter educativo seja uma fonte favorável para compreender as propostas operárias, sobretudo os princípios emancipatórios femininos propostos nos artigos do jornal.

Palavras-Chave: imprensa; anarquismo; emancipação feminina; educação.

EDUCATIONAL PRESS: VERIFICATIONS ABOUT FEMALE EMANCIPATION IN THE ANARQUIST NEWSPAPER “A PLEBE”

ABSTRACT: The present work aims to investigate the proposal of female emancipation from the perspective of the anarchist movement. This is a qualitative and bibliographical study, carried out by the analysis of the newspaper “A Plebe”, in 1919. It is known that the working classes emerged in urban centers from the arrival of immigrants in Brazil, at that time the scenario was determined by the crisis in imports and exports of agrarian production. Therefore, working conditions became precarious and anarchism became the main current inner the factories. So, as results, we assume that the work with the full educational press be a favorable source to understand the worker’s proposals, mainly the female emancipatory principles proposed in newspaper articles.

Key-words: press; anarchism; female emancipation; education.

INTRODUÇÃO

A maneira como a imprensa de modo geral se apresenta, contribui significativamente para que sejam compreendidos os problemas, contextos e os diferentes projetos de homem (e mulher), debatidos em sociedade que são expressos nas páginas de um jornal.

Não podemos deixar de dizer que, cada periódico impresso representa determinados interesses políticos e ideológicos, que faz opções por determinado tipo de informação que será veiculada. Ao pensarmos que a imprensa em geral era, e ainda é controlada por grupos vinculados aos interesses dominantes, existe um peso sobre o encaminhamento educativo ofertado às classes oprimidas, sobretudo, às mulheres.

Desse modo, este trabalho, tem como objeto de estudo um periódico que contribuiu com as discussões sobre a emancipação feminina: o jornal anarquista “A Plebe”, portanto, trata-se de um estudo documental e bibliográfico. Vale destacar, que não se tratou de um órgão da grande imprensa brasileira do período da chamada “República Velha”, mas de um periódico vinculado as lutas do movimento operário.

Dado o cenário em que o país se encontrava, recém advindo de uma Greve Geral de 1917, onde os trabalhadores reivindicaram melhores salários e condições de trabalho, a industrialização que objetivava a modernização das relações sociais do ponto de vista da burguesia, ainda estava longe de acontecer. Tendo em vista isto, admite-se que a imprensa era veículo de comunicação que não tinha uma abertura pública, mas, mantinha uma grande influência formativa na vida dos operários que possuíam acesso. Sobretudo, na vida das mulheres que não tinham voz ativa.

Nesse sentido, a questão da emancipação das mulheres pela sua libertação econômica e cultural foi reforçada no amplo debate que os anarquistas travaram, ao criticar as instituições burguesas e patriarcais. A luta pela independência feminina era, nesse registro, primeiramente uma questão moral: trata-se de libertar-se do modelo burguês de feminilidade imposto e de construir uma nova figura de mulher (RAGO, 1997, p. 77-78).

Vê-se que a ideia da formação de uma mulher livre e emancipada de princípios patriarcais enraizados na sociedade, começou a ganhar forças dentro do movimento anarquista. Havia então, uma preocupação em educar para a liberdade de seus desejos e vontades, e não por acaso, durante o início do século XX, a educação

passou a ser o espaço por excelência dos debates que envolviam diferentes projetos políticos de formação dos trabalhadores.

Com isso, como uma forma de elencar e discutir o trabalho desempenhado pela imprensa formativa, sobretudo no jornal “A Plebe”, as reflexões deste artigo, se concentram no cenário de transformações que acontecia por meio de muitas lutas.

Assim, compreende-se que a imprensa assumia seu caráter diante da sociedade, de tal modo a estabelecer o compromisso de formar os seus leitores. Cabe destacar que neste estudo, o jornal em evidência tido como fonte de pesquisa histórica, é apresentado como fonte de estudo da imprensa, o qual proporcionará reflexões valiosas acerca da História da Educação.

Os instrumentos de análise do pensamento marxiano para compreensão da sociedade e das relações capitalistas constituem-se em requisitos importantes para desnaturalização das relações sociais e das lutas travadas entre a burguesia e proletariado. Nesse sentido, a corrente filosófica escolhida como referencial teórico para esta pesquisa, se inspira e busca superar a obra idealista de Hegel, o que rompe com as concepções de pensamento da época difundidas até então, visto que a dialética marxista pode ser entendida “[...] como um processo investigativo, no qual a história dos homens, dependendo das lutas e das vontades humanas, está sempre aberta a vários desdobramentos [...]” (NOSELLA, 2013, p. 58).

Por fim, buscamos estruturar este artigo em três seções, sendo a primeira uma recapitulação histórica com o intuito sanar o primeiro objetivo proposto de investigar o papel, as condições de vida e trabalho dos operários no período da República Velha no Brasil; a segunda versará sobre a análise das origens dos Movimento Operário brasileiro e do Movimento Anarquista e por fim, a seção final buscará verificar as contribuições acerca da emancipação da mulher no jornal “A Plebe” nas edições de 1919.

A REPÚBLICA VELHA E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

No final do século XIX o sistema imperial brasileiro havia alcançado seu declínio, com as transformações econômicas acontecendo a todo vapor muitas mudanças aconteceram no país.

Com o fim do tráfico negreiro em meados de 1850, a intensa chegada dos imigrantes europeus e a expansão da lavoura de café, necessitou de uma maior mão de obra. A Proclamação da República do Brasil declarada em 1889, inalterou a estrutura nacional uma vez que não houvera reforma agrária, continuando este território, rural exportador e independente do estrangeiro.

Antes de prosseguirmos, é necessário um resgate histórico, entendendo que em virtude da Primeira Guerra, a produção de objetos e utensílios bélicos ganhou espaço nas indústrias europeias. Desse modo, o Brasil, viu a necessidade de iniciar o processo fabril, uma vez que, a ausência de produtos industrializados passou a ser prejudicial para o mercado econômico brasileiro.

Posto isso, grandes transformações de caráter econômico foram incrementadas durante este período, como a construção de ferrovias que visavam facilitar o deslocamento de produtos para que estivessem presentes em todo o país e as atividades comerciais que ganhara forma.

No entanto, este cenário não trouxe grandes avanços à classe trabalhadora, pois, os escravos recém libertados continuaram sofrendo frente a uma sociedade hierarquizada e racista; os latifúndios continuaram sendo marca de poder da sociedade; e a União não se responsabilizava pela educação e regulamentação das relações entre capital e trabalho.

Sabe-se que “[...] o espaço urbano surge como uma das condições favoráveis à formação e desenvolvimento do capital industrial” (RAIGORODSKY, 1988, p. 276) e dessa forma, a expansão fabril nos grandes centros estavam diretamente ligadas a imigração europeia.

Diante da demanda requisitada no chão das fábricas, organizou-se racionalmente o mercado de trabalho assalariado, onde o capital pregava a ideia de um sistema formativo que preparasse o trabalhador, “[...] oferecendo aprendizagem industrial, agrícola, manual e artística” (RAIGORODSKY, 1988. p. 277).

Nesse momento, vê-se a necessidade de substituição da mão de obra escrava nas lavouras de café pelo trabalho dos imigrantes europeus nas fábricas, que

possuíam em grande parte, maior experiência industrial advinda de seus países. A partir deste instante, os trabalhadores que passam a ser denominados de operários, têm suas ideias pautadas no socialismo e na ideologia anarquista, circulando no Brasil.

Por conseguinte, as condições de trabalho impostas ao operariado durante o século XX, não asseguravam sua sobrevivência e de suas famílias. A situação insalubre dos trabalhadores que desenvolviam as atividades no chão das fábricas e indústrias, ofereciam grandes riscos à saúde. Sabe-se que não existia qualquer espécie de regulamentação para as longas jornadas de trabalho que variavam entre doze e quatorze horas diárias, ou bonificações salariais pelo exercício de suas funções.

A utilização massiva do trabalho de menores e mulheres, aliada a um alto grau de mecanização da fábrica (energia a vapor e teares), além do aumento da produtividade do trabalho através da intensificação da cadência das máquinas e da coação extra-econômica e violenta (castigos corporais, ameaças, dispensas do emprego, multas, rígida disciplina do trabalho etc.) Violências sexuais contra meninas e mulheres por parte de mestres e contramestres eram denunciadas rotineiramente na imprensa operária. (RAIGORODSKY, 1989, p. 282).

Diante disso, é possível afirmar que nenhum direito era garantido ao operário de tal modo em que este, fosse submetido as verdadeiras condições de exploração pelo trabalho prestado. O autor ainda complementa dizendo que,

Inexistia qualquer higiene nos locais de trabalho. As águas eram insalubres e a temperatura da fornalha chega a um grau insuportável dentro de um barracão de zinco sem janelas nem ventilação (RAIGORODSKY, 1989, p. 282).

Com a ausência dos direitos trabalhista e a superexploração do trabalho, os trabalhadores passaram a tomar consciência das condições precárias que possuíam. A violência e a incapacidade de levar adianta as lutas operárias, deu espaço para as lutas anarquistas que tiveram a sua crescente em meados de 1922.

Nesse período da história, os operários enxergaram a necessidade de uma organização que lutasse em prol de melhores condições de vida, assim, surge o Movimento Operário no Brasil. Tal movimento que será o foco das reflexões na próxima seção, inicia sua atuação por meio de jornais operários que difundiam ideais de união e coletividade como estratégia de unir a classe dos trabalhadores, buscando denunciar as condições de trabalho impostas e a falta de regulamentação das atividades desenvolvidas no interior das fábricas.

Segundo Rago (1985, p. 27) os contextos de trabalho dentro das fábricas criaram uma necessidade de socialização entre os operários, uma vez que “grupos informais” começaram a se originar em prol de um mesmo motivo.

Ao se recusar a obedecer às normas do trabalho e aos ritmos produtivos impostos pelo capital, esta contra organização dos trabalhadores manifesta uma tendência no sentido de determinar as regras de comportamento dentro da fábrica e de organizar sua própria atividade, apontando para a gestão autônoma da produção (RAGO, 1985, p. 27).

Desse modo, vê-se que as formas de resistência criadas pelos trabalhadores, ainda que no início do processo de industrialização, buscavam a conscientização das relações de exploração as quais o proletariado era submetido. Para tal, as demais lutas diárias que aconteciam nos espaços de trabalho contribuíam também, com a “preparação do proletariado para sua emancipação geral” (RAGO, 1985, p. 28).

Além dos movimentos de resistência efetivados nas indústrias, os boicotes e sabotagens realizados como métodos alternativos pelos trabalhadores diante da hipótese de não poderem se manifestar, significava atrasos no processo de produção e em alguns casos, deterioração no produto final. Tal atitude, gerava prejuízos significativos ao proprietário acarretando em na inutilização da matéria-prima e consequentemente “[...] encarecendo os custos de produção” (RAGO, 1985, p. 29).

Com a união do Movimento Operário, grupos começaram a se formar promovendo congressos que juntos, decidiam as manifestações e os protestos a serem realizadas. No Brasil a maior delas ocorreu em 1917, denominada de Greve Geral que paralisou o processo de produção de todas as indústrias do estado de São Paulo e, paralelo a isto, do outro lado do mundo, a luta de classes se tornava alvo das discussões com a Revolução Russa.

Vale ressaltar que a organização dos operários, não agradou aos governantes desse período e a imprensa era mais um elemento que se somava para a desarmonia. Dessa maneira, o movimento sofreu primeiramente uma repressão do Estado e logo após a censura, pois com esta postura, os operários que estavam organizados em pequenos grupos, passaram a formar as chamadas ligas operárias (grupos maiores) que visavam somar força em prol da luta de melhores condições de vida e trabalho do proletariado.

Como resultado destas manifestações, o Movimento Operário estabelece paradigmas obtendo-se mais tarde, a redução das exaustivas jornadas de trabalho e

a regulamentação dos direitos trabalhistas. Assim, compreende-se que o período da Primeira República foi marcado pela formação de um sindicalismo-anarco.

SÍMBOLOS DE RESISTÊNCIA: O MOVIMENTO ANARQUISTA E O MOVIMENTO OPERÁRIO

O movimento anarquista constituiu-se no final do século XIX no contexto da Revolução Industrial. Fundamentado nas ideias de Pierre-Joseph Proudhon, este movimento surgiu como crítica ao sistema econômico capitalista.

Trata-se de uma via revolucionária que propõe alternativa ao capitalismo, sugerindo que a sociedade esteja organizada de forma cooperativa e a produção seja pautada nos princípios da coletividade. Para os anarquistas, o Estado e todas as suas instituições fazem parte de uma maioria opressora, por isso, é importante que as ideias econômicas não girem em torno do lucro, mas sim que haja uma distribuição igualitária para todos, que só é alcançada através de muitas lutas.

As famigeradas greves operárias que ocorreram ao longo dos anos “[...] sempre estava marcada pelo enfrentamento direto com o Estado oligárquico” (HARDMAN, 1989, p. 314), e em muitos casos, foram reprimidas pelos poderes das classes dominantes que insistia em ideologias clericais e elitizadas.

[...] O anticlericalismo, o antimilitarismo e o internacionalismo presentes nas manifestações operárias dirigidas pelos anarquistas eram aspectos decisivos na demarcação de um terreno ideológico e político distinto da ordem dominante e próprio do proletariado (HARDMAN, 1989, p. 314).

Posto isto, a maior manifestação de revolta da classe operária aconteceu em julho do ano de 1917, na cidade de São Paulo. Tida como “[...] um verdadeiro campo de batalha” (HARDMAN, 1989, p. 319) a Greve Geral de 1917 paralisou por completo as fábricas têxteis da capital paulista, colocando o movimento operário organizado pelas lideranças anarquistas num embate direto contra a classe dominante.

Com as reivindicações em busca de melhores salários e condições de trabalhos, a manifestação dos grevistas se generalizou a ponto de despertar a solidariedade de federações operárias de outros estados, como o Rio de Janeiro. De acordo com Hardman (1989, p. 319) a quantidade de trabalhadores “chegou a 50.000,

por volta do dia 15”, o que obrigou o governo estadual a pedir reforços para tropas com o intuito de reprimir os manifestantes.

O cenário conflituoso fez com que alguns empresários aceitassem uma série de reiniciações dos operários, por meio de uma “*Comissão de Jornalistas* (todos da grande imprensa)” (HARDMAN, 1989, p. 320) que serviu para mediar o contato entre trabalhadores e patrões, ao final de julho, a massa grevista prosseguiu “de forma espontânea e dispersa” (HARDMAN, 1989, p. 320).

Em virtude disto, sabe-se que a imprensa conservadora não admitia as questões sociais existentes no Brasil, dessa forma, os jornais anarquistas de modo geral, tinham como incumbência denunciar exaustivamente o verdadeiro cenário em que se encontrava o país e levar adiante as reivindicações dos trabalhadores.

Muitos dos jornais da época, estavam preocupados com a formação do trabalhador, e por isso, dedicaram-se aos textos sobre a questão educacional, com o objetivo de criar mentalidades e ações revolucionárias. Para os anarquistas, a educação possuía um caráter político, objetivando não mais colocá-la com o propósito de manutenção das relações consideradas injustas, mas sim de sua transformação que suscitaria nos operários a consciência das mudanças necessárias.

[...] Para o movimento libertário, era muito especial o papel representado pela educação: de um modo geral, era claro para a maioria dos militantes que ela não era o único nem o principal agente responsável pelo desencadeamento da revolução; mas era evidente para eles que, sem a ocorrência de mudanças profundas na mentalidade das pessoas, mudanças provocadas em grande parte por intermédio da educação, a revolução social poderia não alcançar o êxito desejado (LUIZETTO, 1987, p. 42).

Têm-se então que o movimento anarquista brasileiro em suas mais variadas correntes buscou despertar valores de solidariedade, igualdade, liberdade e responsabilidade entre seus adeptos, a fim de interpretar as lutas travadas no interior do movimento operário para resgatar a utopia social de uma sociedade livre.

Segundo Hardman (1989, p.312) “os anarquistas rejeitam tudo que se pareça, ainda que vagamente, com um Partido organizado com vista à conquista e à manutenção do poder”, ou seja, a ênfase dada por esse movimento consiste na rejeição por toda e qualquer organização política que se possa ter.

Desse modo, muitas vertentes do anarquismo ainda surgiram ao longo dos anos, no Brasil a tendência majoritária denominada de “anarco-sindicalismo” despontou expressivamente dentro do movimento operário durante os primeiros anos

do século XX. “As greves que cresciam em número, a intensa atividade sindical e o afluxo da imprensa operária tiveram nos núcleos de militantes anarco-sindicalistas um respaldo dos mais decisivos” (HARDMAN, 1989, p. 313).

Raigorodsky (1989, p. 294) aponta que a imprensa operária de cunho anarco-sindicalista ou socialista constituía uma “atividade político-cultural”, uma vez que era ferramenta básica para se propor a devida organização da classe. “Neste tipo de realização, a iniciativa partia quase sempre dos núcleos de militantes e dirigentes, em especial os de tendência libertária anarquista, além de socialistas” (RAIGORODSKY, 1989, p. 294).

Vale destacar que,

Em resposta ao crescimento do movimento operário e do anarquismo, impulsionados em boa parte por trabalhadores imigrantes, foram criadas leis voltadas a reprimir e expulsar os estrangeiros que tomavam parte nas “agitações”. Em janeiro de 1907, foi criada a Lei Adolfo Gordo, que previa a expulsão dos estrangeiros que apresentavam alguma tendência subversiva, bastando simples denúncias de algum fura-greve ou dos patrões para que o militante acusado fosse expulso do país. (RODRIGUES, 2017, p. 21).

Tal lei, sofreu diversas alterações ao longo dos anos sendo a mais reconhecida a de 1921 que visavam regularizar a entrada de imigrantes que eram considerados nocivos às leis nacionais.

Nesse sentido, a conjuntura de 1917-1920 é demarcada pelo Movimento Anarquista que esteve a frente das lutas operárias segundo Hardman (1989), em contrapartida,

[...] todos os limites e fraquezas do anarquismo também foram postos à prova. A recusa em considerar a organização necessária do proletariado para a luta política contra o Estado; a negativa de organizar a classe em partido próprio, com vistas à tomada revolucionária do poder; o apego absoluto à chamada “resistência anticapitalista”, que se traduzia na superestimação do papel do sindicato e da luta, de ações voluntaristas e heroicas, individualizadas e desvinculadas da massa (HARDMAN, 1989, p. 320).

Isto posto, tais aspectos dos ideais anarcos levaram o Movimento Operário no Brasil ao declínio nos próximos dez anos que se seguiram, em virtude dos impasses e das dificuldades enfrentadas em relação ao “isolamento social” (HARDMAN, 1989, p. 321) de tal movimento que rejeitara politicamente o Estado oligárquico.

A IMPRENSA, O JORNAL E AS CONTRIBUIÇÕES A FAVOR DA MULHER

Ao longo da história, é comum vermos os veículos de comunicação, considerando os interesses que estão vinculados, utilizarem de estratégias para publicar e discutir os assuntos que são pertinentes a sociedade do contexto histórico em que estão inseridos. No início do século XX os periódicos não possuíam uma única e homogênea linha de atuação, cada um publicava aspectos da doutrina que lhe pareciam mais urgentes no momento.

Segundo Rodrigues e Biccás (2015) os veículos de comunicação, em especial os jornais, tinham como objetivo fazer chegar até a população as ideias e os princípios que permeavam a época. Na imprensa operária, diversas temáticas eram colocadas em debate, havia uma grande preocupação com o desenvolvimento da propaganda da língua portuguesa e também com a questão do analfabetismo, com vistas à aglutinação dos operários de origem nacional (RAIGORODSKY, 1989, p. 295).

Conforme assegura Capelato (1988) a problematização estabelecida entre a relação da História e a imprensa, registra a importância da utilização dos jornais como fonte de estudos para a historiografia. Como grande influenciadora para pensamento daquela época, a imprensa buscava noticiar as principais mudanças ocorridas no país e difundir ideias.

Vale ressaltar que tais concepções emancipatórias presentes no jornal tiveram suas análises pautadas nas contradições existentes na história da sociedade. Conforme Marx e Engels,

Toda concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. Nesse sentido, isto faz com que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério situado fora dela. A produção da vida real aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrrestre. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história (MARX; ENGELS, 1984, p. 57).

Desse modo, além das denúncias contra o autoritarismo e a exploração patronal, discutia-se também a emancipação feminina. Na grande maioria dos textos d'A Plebe, à discussão é endereçada a mulher, no sentido de educá-la e conscientizá-la para a causa feminista anarquista. Tal jornal pode ser considerado como uma das

publicações de maior representatividade no meio libertário devido ao seu longo período de circulação (entre 1917 e 1951).

A medida em que a imprensa anarquista se posicionava a favor da luta dos operários, discursos acerca das mulheres libertárias nesse contexto, tinha sua crescente. Neste periódico,

[...] Criticavam duramente o conservadorismo burguês, pregando o nascimento de uma sociedade livre dos preconceitos, solidária e capaz de refutar conscientemente as repressões impostas pelo que chamavam de obscurantismo religioso. Deste modo, a cultura libertária não desejava apenas transgredir as regras da moral, mas sim, apresentar uma nova escala moral, pautada em valores com a liberdade individual, pensada para uma sociedade de cooperação mútua, seguindo o princípio de que para que uma nova sociedade pudesse nascer seria necessário, não apenas de uma nova moral, mas de novos homens e novas mulheres (RIBAS, 2014, p. 8).

Dessa maneira, no que tange ao anarquismo e a luta das mulheres para uma superação de sua posição se encontram em diversas frentes, mesmo sendo fenômenos distintos, Mariana Affonso Penna (2016) afirma que, a posição da mulher foi inferiorizada no cotidiano de forma natural, mas existiram mulheres militantes anarquistas que se organizaram e refletiram sobre sua posição, bem como forçaram os militantes homens a assumirem a igualdade de gênero como pauta fundamental.

A exemplo disto, o jornal A Plebe dentro dos princípios do socialismo anarquista assegurava que

As uniões *sexuaes* devem fundar-se no amor. A mulher deve ser econômica e moralmente, independente. Os filhos dependerão, naturalmente, por vínculo do afeto, dos seus progenitores, assim como também de toda a sociedade, que a todos deve indistintamente instrução, apoio e meio de trabalho (A PLEBE, 17 maio. 1919. N. 9, p. 3)

Nesse viés, para que as mulheres fossem capazes de se tornarem “econômica e moralmente, independente” fazia-se necessário prepara-la. A emancipação nestes casos, era vista como parte fundamental da cultura libertária onde “muitos grupos e associações traçavam estratégias neste sentido, sejam através de conferências, publicações de folhetos, jornais de propaganda [...]” (RIBAS, 2014, p.11) para que as trabalhadoras tomassem consciência do seu lugar na sociedade.

. Mendes (2010) aponta que as mulheres que atuavam no movimento anarquista pensavam a frente de muitos outros investigadores, propondo bases teóricas do anarquismo como meio para a emancipação das mesmas.

De acordo com Maciel (2010, p. 51) no que diz respeito as concepções femininas que são postuladas na imprensa anarquista, sobretudo no jornal A Plebe “Há a concepção de que o importante é destruir as diferenças de sexo, para que todos tenham possibilidades de se desenvolver como seres humanos [...]” Tal afirmativa, se confirma com a expressão de Ferrer, expressa em formato de epígrafe: “Procurar o meio de pôr os seres de *accordo* no amor e fraternidade, sem *distincção* de sexo, é a grande tarefa da humanidade” (A PLEBE, 30 jun. 1917. N. 4, p. 1).

Nota-se assim, que a preocupação maior não estava centrada nas questões de gênero, mas, na desigualdade existente entre homens e mulheres, que não deveria ser seguido por sociedades futuras. A imprensa priorizava sobretudo, o reconhecimento da essencialidade de os anarquistas lançarem um olhar atento às contestações femininas, uma vez que a condição sociável das mulheres era dissemelhante da condição dos homens.

O cenário de pobreza e miséria concedidos através da sociedade capitalista, também foram motivos de censura nas publicações diárias d’A Plebe. Entretanto, quando o assunto era voltado às mulheres, a situação e a falta de condição das trabalhadoras, se tornavam ainda pior. Antonio Galaor em um texto denominado de “Alvorecer” explicita uma das concepções mais discutidas pelos anarquistas: o amor livre,

[...] a mulher, a triste escrava dos caprichos masculinos, deixa a prisão em que estava e desafia os destinos; Tu serás seu companheiro e nunca mais seu senhor pois todo Código, inteiro, só tem uma lei: o Amor! (A PLEBE, 19 abr. 1919. N. 9, p. 2)

Vê-se então, que o ideal de amor livre presente nas páginas do jornal buscava superar as concepções enraizadas pela sociedade patriarcal. Para além disso, A Plebe ainda mantinha uma preocupação em noticiar as movimentações de lutas lideradas e organizadas pelas trabalhadoras. O texto trata-se de um artigo intitulado “União das Costureiras”:

Eis uma noticia animadora e que vae ferir em cheio a consciência de muitos operários: as costureiras desta capital acabaram de ser constituir em associação de classe, reconhecendo assim que só com a união, a solidariedade, o apoio mutuo, é exequível a reivindicação de direitos postergados. No último domingo, essas escravizadas operárias realizaram uma concorrida reunião na rua Quitanda, 4, e deliberaram defender seus interesses das garras vampíricas dos patrões que enriquecem à custa do seu suor e do seu sacrifício, orientando-se pelo *methodos* da *acção* própria, devidamente congregada, e acabando desse modo com o *regímen* de *chaleirismo* até agora usado na sua classe. Quer dizer: as costureiras, conscientes

de sua dignidade e do seu valor, decidiram-se a ser mulheres, na verdadeira *acepção* do termo, e não manequins manejados pela vontade dos seus algozes de ambos os sexos. Ergueram a frente com altivez e à exploração disseram que já não eram escravas passivas e submissas. *Bello* gesto! Magnífico exemplo! Homens, operários dissociados: se acaso vos *envergonhaes* de vêr essas *raparigas*, irmãs nossas no sofrimento e na miséria, adiantando-se a vós na marcha para a emancipação vinde também fundar, robustecer as vossas agrupações! (A PLEBE, 19 abr. 1919. N. 9, p. 3).

Nesse contexto ao analisarmos sob “a base de uma metodologia dialética” (CURY, 1986, p. 27) a organização presente na classe trabalhadora expressa em tal artigo, é importante perceber a consciência tomada pelas operárias ao notar que seus direitos não eram assegurados sequer cumpridos. Desta forma, fazendo-se necessário a reivindicação por parte do proletariado que decide não mais aceitar o que lhes é imposto.

Com isso, para além de mostrar a resistência das trabalhadoras e sua insatisfação com as condições de trabalho, os homens também eram chamados a participar das manifestações libertárias, uma vez que a emancipação de suas esposas e irmãs somaria forças ao próprio movimento operário.

Isto posto, é importante salientar que as reivindicações feitas pelos trabalhadores são plenas de organização e almeja revoluções,

Os anarquistas entendem, na maioria das vezes, as revoluções de maneira indissociável: a feminina e a social. A revolução feminina parece fazer parte da revolução social ou até ser condição para que aconteça [...] Fazem parte do “devir” libertário a nova família, o amor livre e a independência moral e econômica das mulheres. Em outros momentos, a revolução social tem preponderância sobre a revolução feminina e é entendida como o que vai possibilitar a emancipação das mulheres. Os discursos convivem (MACIEL, 2010, p. 59).

Assim, confirma-se que a emancipação feminina fazia parte da maioria discursos anarquistas expostos no jornal e está diretamente atrelada as transformações sociais que deveriam acontecer na conjuntura capitalista. Para Cury (1986, p. 46) as mudanças partem de relações já estabelecidas, uma vez que “as relações sociais são relações ideológicas porque, a dizer o mundo, rerepresentá-lo e conceituá-lo, os discursos fazem de acordo com os interesses de classes”.

Logo, compreendemos que “O pensamento em si, pode influir nas convicções das pessoas, porém não tem o poder de desencadear e decidir os rumos das mudanças práticas, socioeconômicas” (KONDER, 2004, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve artigo, se propôs a expressar a influência da imprensa ao longo da história, assim como quaisquer outras manifestações culturais, manifesta os interesses que estão em conflitos na sociedade, tanto na classe dominante quanto na classe dominada.

Não existe, aqui, uma intenção de generalizar todas as concepções anarquistas difundidas na sociedade moderna, mas de demonstrar como os jornais anarquistas, sobretudo A Plebe o importante impresso anárquico pleno em caráter educativo, foi responsável por transmitir e noticiar os mais diversos assuntos que permeavam a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da República Velha.

Portanto, a imprensa anarquista que buscava resistir ao controle repressivo do qual os trabalhadores do período em evidência eram sujeitados, atuou como ferramenta educativa de modo a formar os operários brasileiros.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 2. ed. São Paulo: Cortes: Autores Associados, 1986.

HARDMAN, Francisco Foot. Anarquistas e anarco-sindicalismo no Brasil. In: MENDES JUNIOR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. (orgs). **Brasil História: Texto & Consulta**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 311-321.

KONDER, Leandro. Marx e a Sociologia da Educação. In: TURA, Maria de Lurdes Rangel (Org.); et al. **Sociologia para educadores**. 3. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2004. p. 11-24.

LUIZETTO, Flávio. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
MARAM, Sheldon. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACIEL, Carla Queiroz. **Mulher libertária é a mulher libertada: um projeto de emancipação feminina anarquista no jornal A Plebe (1917-1927)**. 2010. 159 f. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Curso Comunicação social.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: JINKINGS, Ivana; SADER, Emir. (Orgs.). **As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda**. Tradução: Paula Almeida. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 35-44.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**. 2010. 252 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010. Acesso em: 20 nov. 2021.
Disponível em

<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/Iforum/Textos%20EP/Samanta%20Colhado%20Mendes.pdf>

NOSELLA, Paolo. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. In: SILVA, José Carlos. **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas, São Paulo: Alinea, 2013.

PENNA, Mariana Affonso. “**À procura da Comunidade Perdida**”: **Histórias e Memórias do Movimento das Comunidades Populares**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em História. Niterói, 2016.

RAGO, Margareth. A experiência feminina do anarquismo no Brasil. In: ARAUJO, Ângela Maria Carneiro. (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo. Scritta, 1997.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAIGORODSKY, Breno. Introdução: o impacto da revolução soviética. In: MENDES JUNIOR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. (orgs). **Brasil História: Texto & Consulta**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 271-274.

RIBAS, Ana Claudia. “A Questão feminina” nas páginas Libertárias: propaganda e emancipação feminina nas páginas do jornal anarquista A Plebe (1917-1935). In: XV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA 1964-2014: MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E ESTADO, 2014, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. p. 1-14. Disponível em:http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405449442_ARQUIVO_QuestaoFemininaAnaClaudiaRibas.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da revista do ensino (1929 :: 1930). **Acta Scientiarum: Education**, Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, jun. 2015. Bimestral. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22666/pdf_38. Acesso em: 14 mar. 2022.

RODRIGUES, André. **Sob o estandarte rubro-negro: anarquismo e antifascismo nos jornais a plebe e a lanterna (1932-1935)**. 2017. 117 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós Graduação em História, 2017. Acesso em: 03 abr. 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/dudaa/Downloads/vers%C3%A3o%20final%20com%20folha%20de%20rosto.pdf>.